

**Elói Martins Senhoras**  
(Organizador)



# ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Elói Martins Senhoras**  
(Organizador)



# ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Economia: globalização e desenvolvimento 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
E19	<p>Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-869-1 DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401">https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401</a></p> <p>1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

### **CAPÍTULO 2..... 35**

#### A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964

Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

### **CAPÍTULO 3..... 50**

#### ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO

Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

### **CAPÍTULO 4..... 57**

#### GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES

Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

### **CAPÍTULO 5..... 66**

#### A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

### **CAPÍTULO 6..... 84**

#### TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)

Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

### **CAPÍTULO 7..... 94**

#### O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

**CAPÍTULO 8..... 105**

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

**CAPÍTULO 9..... 119**

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

**CAPÍTULO 10..... 129**

LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

**CAPÍTULO 11..... 141**

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

**CAPÍTULO 12..... 157**

BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

**CAPÍTULO 13..... 178**

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>194</b>
EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO	
Luz Elvia Garcia Ramos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>204</b>
AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE	
José Edson Rodrigues Júnior	
Edivane de Sousa Lima	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>220</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLÓGICOS	
Heliene Macedo de Araújo	
Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>242</b>
APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mariane Rodrigues da Vitória	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>252</b>
UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)	
Kayle Chaves Rustangy	
Viegas Nhenge	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118</a>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>263</b>
DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO	
Imelda Ortiz Medina	
Pedro Plata Pérez	
Jorge Martínez Pérez	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119</a>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>272</b>
O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS	
Edgar Oliveira Santos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120">https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120</a>	

**CAPÍTULO 21.....298**

**PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013**

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira

Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

**CAPÍTULO 22.....312**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012**

Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

**CAPÍTULO 23.....329**

**INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL**

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

**CAPÍTULO 24.....353**

**PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS**

Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

**CAPÍTULO 25.....365**

**O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA**

ILHA DE MOÇAMBIQUE

Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

**CAPÍTULO 26.....381**

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>

**CAPÍTULO 27.....397**

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>

**CAPÍTULO 28.....411**

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

**CAPÍTULO 29.....423**

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

**SOBRE O ORGANIZADOR.....434**

**ÍNDICE REMISSIVO.....435**

# CAPÍTULO 17

## APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Data de aceite: 10/01/2022

Mariane Rodrigues da Vitória

**RESUMO:** Práticas de manejo sustentável são cada vez mais necessárias. O Código Florestal pode ser um importante aliado para tal, a exemplo da obrigatoriedade de um percentual destinado a área de reserva legal. Área que está localizada no interior de uma propriedade rural, delimitada nos termos do artigo 12 do Código Florestal, assegurando o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais. Porém em imóveis rurais pequenos, essa área pode ser vista como um empecilho, uma vez, que a mesma deve ser mantida em estado íntegro, desfavorecendo seu uso econômico por parte do agricultor. Nesse sentido é preciso buscar atividades que possam contribuir para a manutenção da área de reserva legal, mas que ao mesmo tempo possa gerar renda. Assim a apicultura se mostrou como uma atividade propícia para ser implantada na área de reserva legal, por diversos fatores tais como baixo custo, relativamente fácil manejo, e retorno de capital investido em um tempo relativamente curto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Apicultura, Reserva legal, Agricultura Familiar.

### BEEKEEPING IN A LEGAL RESERVE AREA AS A FORM OF ECONOMIC DIVERSIFICATION IN FAMILY AGRICULTURE

**ABSTRACT:** Sustainable management practices are increasingly needed. can be an important ally for this, such as the requirement of a percentage allocated to the legal reserve area. This area is located inside a rural property, delimited in terms of article 12 of the Forestry Code, ensuring sustainable economic use of natural resources. However, in small rural properties, this area can be seen as a hindrance, because it must be kept in its entirety, which is detrimental to the farmer's economic use. In this sense, it is necessary to seek activities that may contribute to the maintenance of the legal reserve area, but at the same time may generate some income. Therefore, beekeeping proved to be a propitious activity to be implemented in the legal reserve area, due to several factors such as low cost, relatively easy management, and return on invested capital in a relatively short time.

**KEYWORDS:** Beekeeping, Legal Reserve, Family Farming.

### 1 | INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, as áreas ocupadas por florestas nativas têm sido removidas constantemente e convertidas para o processo produtivo agropecuário, uma vez, que a terra é o principal insumo para a produção e desenvolvimento de culturas agropecuárias

distintas. Com o advento do novo código florestal as áreas das propriedades rurais foram delimitadas de acordo com sua espacialização, com a finalidade de impor limites mínimos a serem mantidos com cobertura vegetal nativa, área limites estes denominados reserva legal (CAMPOS, 2013). Essa tem por objetivo garantir o uso sustentável dos recursos naturais, auxiliando na restauração de processos ecológicos, promovendo a conservação e manutenção da biodiversidade.

A Reserva Legal foi fundamentada, no Brasil, pelo Código Florestal em 1934 e sofreu mudanças nas suas proporções e metas ao longo do tempo, como o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que incluiu a conservação dos recursos naturais como uma das funções sociais da propriedade rural, condicionando as ações vinculadas aos direitos e obrigações no uso da terra. Ao longo do tempo várias ações como essa, definidas como agroambientais, estão tomando forma no país com intuito de proporcionar um desenvolvimento sustentável que englobe os parâmetros ambientais, sociais e econômico.

Existem, porém, algumas lacunas em relação à manutenção e uso da área de reserva legal. De acordo com Fasiaben et al. (2010), reserva legal pode ser entendida como um mecanismo de restrição à ocupação da área de um imóvel rural para a produção agropecuária além de impor um custo de oportunidade aos produtores rurais. Esse custo de oportunidade pode ser exemplificado como o custo adicional arcado pelos produtores por manter uma parcela de sua terra com a cobertura vegetal natural, o que necessariamente não gera receita.

Neste sentido, é necessária a formulação de mecanismos gerenciais por parte dos agricultores a fim de obedecerem às premissas da legislação e tornar essa área economicamente viável principalmente para os pequenos agricultores, que, muitas vezes, só dispõem daquele espaço para a composição do seu trabalho e renda. Mecanismos que podem ser alcançados na área de reserva legal, que conforme a Lei 12.651/2012, que prevê a possibilidade de seu manejo sustentável com ou sem propósito comercial.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a apicultura como forma de diversificação econômica em pequenas propriedades rurais familiares, mais especificamente na área correspondente à reserva legal. Várias são as vantagens da atividade apícola, desde as condições favoráveis à criação das abelhas como o simples manejo dos apiários que não necessitam de cuidados diários até o baixo custo de investimento.

## 2 | MÉTODO

O presente estudo tem caráter descritivo, de acordo com Volpato (2013), e segue a abordagem sistêmica como base teórica. Quanto à natureza essa pesquisa classifica-se como qualitativa. Com relação ao método, utilizou-se o método indutivo e exploratório. Gil (1999) considera que, a pesquisa exploratória tem como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais

precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Em relação a técnica de coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

## 3 | DISCUSSÃO

### 3.1 Reserva Legal e Mudanças no código florestal

Entende-se como área de reserva legal aquela considerada como um instrumento de conservação ambiental, promovendo o uso racional da água, solo e seus atributos. Para o alcance de tais objetivos devem ser utilizadas boas práticas e a adoção de técnicas de conservação, com o objetivo de mitigar eventuais impactos ao meio ambiente. Assim, a reserva legal tem como função assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural (MOREIRA, 2011).

Ao longo do tempo varias foram às mudanças ocorridas na legislação ambiental, fator que pode ser atribuído à visibilidade da importância que é a preservação ambiental, para o bem estar social. No período que compreende os anos de 2010 ate 2012 o Brasil passou, por diversos debates acerca das mudanças na política florestal, que ao final repercutiu na Lei n.º 12.651 de 2012, ou denominado Código Florestal Brasileiro. A tabela abaixo apresenta um breve resumo do panorama ambiental ao longo do tempo.

Ato legal	Descrição
Lei no 7.803/1989	Instituiu a reserva legal sobre as áreas de cerrado (20%); definiu que a averbação da reserva legal fosse feita na matrícula do imóvel rural; alterou o tamanho das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios; e incluiu como APPs as áreas com altitude superior a 1,8 mil metros.
Lei no 8.171/1991	Obrigou os produtores rurais a recompor a reserva legal, prevista na Lei no 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei no 7.803, de 1989, mediante o plantio, a cada ano, de pelo menos 1/30 da área total para complementar a referida reserva legal
Lei no 9.605/1998	A Lei de Crimes Ambientais transformou infrações administrativas em crimes, permitiu a aplicação de pesadas multas e criou infrações
MP 2.080/2000; e MP 2.166/2001	O percentual mínimo da reserva legal foi modificado para 80% para propriedades rurais situadas na região Norte e norte do Mato Grosso; 35% para áreas de cerrado localizadas na Amazônia Legal, permitindo que 15% da área seja compensada em outra área na mesma microbacia; e 20% nas demais regiões do País. O artigo 3º permitiu que em áreas de pequena propriedade ou posse rural familiar, o plantio de árvores frutíferas ornamentais ou industriais – composto por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas – possa entrar no cômputo da reserva legal. Restituiu a obrigatoriedade de recomposição das áreas degradadas pelos produtores

Decreto no 7.029/2009	Instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, criando como instrumentos do programa o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade rural ou posse rural, com a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e de remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento
Lei no 12.651/2012	De modo geral, permitiu uma maior flexibilização na mensuração e no uso da reserva legal e das Áreas de Preservação Permanentes (APPs): reduziu o limite mínimo de proteção ambiental dos cursos d’água para cinco metros; dispensou os produtores de averbar a reserva legal, mas manteve o percentual mínimo da reserva legal da MP 2.080/2000; incorporou o conceito de área rural consolidada como sendo aquela área utilizada pelos produtores rurais antes de 22 de julho de 2008 mas que estava em desacordo com o Código Florestal de 1965.
Decreto no 7.497/2011	Adiou a aplicação de multas para o produtor rural que deixar de averbar a reserva legal para 11 de dezembro de 2011 (art. 55 do Decreto no 6.514/2008)
Lei no 12.651/2012	De modo geral, permitiu uma maior flexibilização na mensuração e no uso da reserva legal e das Áreas de Preservação Permanentes (APPs): reduziu o limite mínimo de proteção ambiental dos cursos d’água para cinco metros; dispensou os produtores de averbar a reserva legal, mas manteve o percentual mínimo da reserva legal da MP 2.080/2000; para o cálculo da reserva legal, permitiu que pudessem ser utilizadas as APPs sem qualquer limite; e admitiu a recomposição das APPs com até 50% de espécies exóticas e a compensação em estados diferentes

Tabela 01 - Alterações na Legislação Florestal brasileira. Fonte: CAMPOS, 2013.

Assim, de acordo com a última versão do código florestal (lei nº 12.651), de 25 de maio de 2012 a área de reserva legal pode ser definida como:

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012);

Em seu escopo a lei também apresenta a delimitação da área de reserva legal conforme sua localização: em área de floresta - 80%; em área de Cerrado - 35%; em área de Campos Gerais - 20%. E nas demais regiões do país - a área a ser ocupada deve ser de 20%.

Quanto à destinação a mesma prevê a possibilidade de seu manejo sustentável com ou sem propósito comercial nas seguintes situações e oportunidades:

Art. 21. É livre a coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes, devendo-se observar:

I - os períodos de coleta e volumes fixados em regulamentos específicos, quando houver;

II - a época de maturação dos frutos e sementes;

III - técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência de indivíduos e da espécie coletada no caso de coleta de flores, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós, bulbos, bambus e raízes.

Art. 22. O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações:

I - não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área;

II - assegurar a manutenção da diversidade das espécies;

III - conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a área de reserva legal pode ser vista como uma opção de renda, além de um marco importante na proteção ambiental. Em pequenas propriedades rurais atividades como: extração de ervas medicinais, de árvores caídas e apicultura são exemplo de atividades que podem ser implementadas na referida área e que podem gerar algum fluxo monetário atrelado a outras atividades desenvolvidas na propriedade. Visões como essa são bastante pertinentes na atualidade, é necessária a busca por mecanismos que potencializem o pequeno produtor a fim de que esse se torne competitivo perante o mercado. Ações como o uso da reserva legal de forma eficiente podem potencializar isso além de permitir a cumprimento da legislação ambiental, que em cada mudança está mais rigorosa em suas diretrizes, o que é extremamente compreensível com o atual cenário de degradação ambiental e mudanças climáticas.

### **3.2 Agricultura Familiar**

No Brasil, o setor agropecuário se apresenta de forma bastante variada, mostrando grupos de produtores que se diferem muito entre si. Fatores que vão desde a posse de terra, capital, mão de obra, tecnologia e o destino da produção. Diante do presente cenário, em um contexto macro, existem no Brasil basicamente dois tipos de unidades produtivas: as empresas agropecuárias e as unidades agrícolas familiares (FAUTH, 2008).

Assim de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que aborda as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares, agricultor familiar e empreendedor familiar rural é definido como “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (art. 3.º).

É fato conhecido que o principal responsável pelos produtos alimentícios que chegam às mesas das famílias brasileiras advém da agricultura familiar, a qual, responde por boa parte da produção dos alimentos consumidos em todo o país (BRASIL, 2015). Diante dessa responsabilidade, esses estabelecimentos familiares se diferenciam muito da agricultura denominada comercial (constituída principalmente de médios e grandes fundiários). Nesse contexto a agricultura familiar vem ganhando notoriedade no espaço econômico e sendo encarada como um setor estratégico da economia (MEDEIROS, 2017).

Outro ponto positivo para a agricultura familiar é sua caracterização e sua relação entre os produtores, conforme Lehfeld (2013) argumenta há uma troca de experiências e contatos entre os produtores, os quais o auxiliam no desenvolvimento promissor e na minimização dos impactos ao meio ambiente. Vários são os motivos para essa relação como as linhas de financiamento diferenciadas para esse tipo de agricultura que também colaboram com a preservação e recuperação de áreas ambientais degradadas, aliadas a benefícios disponibilizados pelo Novo Código Florestal por meio de seu programa de incentivo à preservação e recuperação ambiental baseado no pagamento por serviços ambientais e programas agroambientais.

Conforme afirma Pereira (2017), um fator importante quando se trata da observância do código florestal em pequenas propriedades familiares e a necessidade do pequeno agricultor, a RL não pode ser vistas como uma área improdutivas, além do passivo para uso econômico de forma sustentável a áreas tem uma importante função ambiental em relação aos serviços ecossistêmicos oferecidos a longo prazo.

### **3.3 Apicultura como diversificação na Reserva Legal**

Conforme Gonzaga (1998), as abelhas surgiram no Continente Asiático há cerca de 45 milhões de anos, e começaram a ser utilizadas, racionalmente, pelo homem desde 2.400 a.C. Apicultura é a denominação dada à atividade econômica de criação racional de abelhas do gênero *Apis mellifera* L. trazidas ao Brasil da Europa, por imigrantes, e da África, por Warwick Estevan Kerr (1956). Atualmente, em todo o Brasil, a apicultura é desenvolvida com abelhas africanizadas geradas do cruzamento dessas espécies. Como características apresentam uma boa produtividade, resistência a doenças e melhor adaptação às condições climáticas brasileiras (VIEIRA, 1986).

A criação de abelhas tem como finalidade a produção de mel, pólen apícola, própolis, geléia real, cera, apitoxina. A produtividade é dada em kg/colméia/ano e o manejo é realizado por equipamentos e ambiente próprio (apiário). Em geral os produtos das abelhas têm boa aceitação no mercado consumidor, proporcionando rendimentos econômicos compensadores, desde que sejam produzidos dentro de normas tecnicamente corretas (SENAR, 2010).

A apicultura brasileira é conhecida por ser predominantemente de base familiar, composta por pequenos apiários mantidos por famílias de agricultores com base de

produção agroecológica e inseridos nas dinâmicas da economia solidária (SABBAG, 2011). Como vantagem dessa atividade pode-se ressaltar em teoria a pouca exigência em mão de obra, baixo investimento em relação à recursos financeiros e por não demandar uma grande propriedade para sua exploração. Assim, a apicultura pode trazer possibilidades de renda adicional a essas famílias.

Outra vantagem dessa atividade é a presença das abelhas na área dos apiários o que proporciona um serviço ecossistêmico, favorecendo a polinização das plantas nativas, frutíferas e exóticas que induzindo a ampliação do volume de frutos e sementes, e, conseqüentemente crescimento da cobertura vegetal e maior produtividade (SOUZA, 2006).

Aliada à preservação da área de reserva legal a apicultura, contribuindo para a sustentabilidade das pequenas propriedades, melhorando a renda familiar e a qualidade de vida, seja por meio da criação de abelhas melíferas com ferrão e/ou de abelhas nativas (GARCIA, et. al., 2008). Borlachenco et al. (2017) discorre sobre a ocorrência da atividade que pode ser em toda a reserva legal, de forma temporária ou em um sistema consorciado com espécies nativas para obtenção de produtos lenhosos ou não lenhosos. Os produtos não-lenhosos são aqueles originados pela apicultura (mel, pólen apícola, própolis, geléia real, cera, apitoxina). Já os não-lenhosos, são também conhecidos como produtos florestais não madeireiros, são eles plantas medicinais; extratos; mel e seus derivados; nozes etc.(REIS & PINHEIRO,2011).

Neste sentido o agronegócio do mel tem crescido consideravelmente nos últimos anos devido à grande procura da sociedade por produtos naturais. Segundo a Abelha.org de janeiro a setembro de 2017, foram exportadas quase 21 mil toneladas de mel, o que gerou até o momento um faturamento de 93,4 milhões de dólares. Para se ter uma ideia, em todo o ano passado, as exportações chegaram a pouco mais de 24 mil toneladas, com um faturamento de 92 milhões de dólares. O maior importador foram os Estados Unidos.

De acordo com o IBGE, a produção de mel no estado de Goiás em 2015 foi de 320.860 Kg. Sendo os municípios de Orizona (35.000kg), Porangatu (25.615Kg) e Silvânia (25.000Kg) os principais produtores. Segundo o SENAR (2017), um litro de mel é vendido por R\$ 40, dentro do estado de Goiás, e que, com uma produção mínima, o produtor é capaz de faturar R\$ 800 com apenas uma colmeia de abelhas.

Conforme o SEBRAE (2014) o apicultor básico (produção de pequeno porte), consegue atingir com 20 colmeias uma remuneração próxima a um salário mínimo por mês, vendendo o mel a R\$15,00/kg, sendo que há chance de uma maior renda, uma vez que o preço do mel em grandes capitais pode chegar a R\$25,00/kg. A taxa interna de retorno (TIR) dessa atividade para o pequeno produtor é bastante elevada (141,6%), permitindo o retorno do investimento ainda no primeiro ano, desde que se alcance uma alta produtividade, em torno de 50kg de mel por colmeia.

Ressalta-se que a atividade de apicultura nesse caso é empregada como uma

renda secundária e adicional, que além da renda com a venda dos produtos melíferos, traz grandes benefícios na produção de frutas e hortaliças, devido à atuação das abelhas na polinização. Soma-se a isso o fato de que com esse modelo torna-se produtiva a área de reserva legal, de forma sustentável, obedecendo aos preceitos da legislação.

## 4 | CONCLUSÃO

Pequenas propriedades familiares tem um papel importante em se tratando de sustentabilidade, fato baseado na preocupação em minimizar os impactos ao meio ambiente através da agroecologia e ações sustentáveis, como o uso consciente dos recursos naturais.

A última mudança no código florestal, que instituiu a obrigatoriedade de área de reserva legal, pode ser vista como um empecilho para a produção de pequenas propriedades. Nesse enfoque é preciso encontrar alternativas para a exploração dos recursos naturais por meio do desenvolvimento sustentável, ou seja, identificar atividades que forneçam algum fluxo econômico, porém que sejam compatíveis com as exigências da legislação referente à reserva legal.

Assim a introdução de atividades como a apicultura pode ser considerada como um incentivo ao cumprimento do novo código florestal, uma vez, que o não cumprimento da legislação por partes dos agricultores está normalmente ligado ao custo de oportunidade daquela terra que estaria ociosa, improdutivo. A atividade é caracterizada como de baixo impacto ambiental, o que possibilita a utilização dos recursos naturais sem degradá-lo. É uma atividade que promove o desenvolvimento sustentável, podendo ser implantada como fonte de renda secundária e adicional.

A diversificação de atividade é de fundamental importância para a manutenção e aumento da renda nas pequenas propriedades rurais, sobretudo na agricultura familiar. A apicultura é uma atividade produtiva em expansão, apresentando-se como uma excelente alternativa de exploração de propriedades rurais.

Pode ser vista como uma atividade de fácil manuseio, de baixo custo de implantação e manutenção, e de grande rentabilidade conforme seu manejo e gestão. Conclui-se, então que a apicultura é uma atividade rentável, que pode ser desenvolvida juntamente com outros tipos de produção, que além de viabilizar o cumprimento do código florestal, promove serviços ecossistêmicos, como polinização de flores para maior produção de frutos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro.

BRASIL, Portal. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BORLACHENCO, Natascha Goes Cintra, et al. "ASPECTOS LEGAIS DA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO COM APICULTURA DE Apis mellifera." Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental 6.2 (2017): 56-78.

CAMPOS, Samuel Alex Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. O custo privado da reserva legal. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, p. 85-104, 2013.

FASIABEN, M.; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; MAIA, Alexandre Gori. Reserva legal florestal: uma leitura sob a ótica da economia ecológica. In: Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. Anppas 10 anos: avaliando os desafios teóricos e as novas agendas públicas.[SI]: ANPPAS, 2010., 2010.

GARCIA, R.C.; Lohmann, T.R.; Pires, B.G.; Camargo, S.C.; Brietzke, V.M.; Machado, M.R.F. Flora apícola em fragmento de mata ciliar no município de Marechal Cândido Rondon, PR. Revista Scientia Agraria Paranensis.Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 1-2, p. 91-100, 2008.Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/scientiaagraria/article/view/2055>>. Acesso em: 09 set. 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZAGA, S.R. Cera de abelhas. In: Anais de XII Congresso Brasileiro de Apicultura: feira nacional apícola. Salvador Bahia. 1998.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. C. (Ed.). Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-34.

LEHFELD, Lucas de Souza; CARVALHO, Nathan Castelo Branco; NASSIF, Leonardo Isper Nassif. Código Florestal comentado e anotado: artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.

MOREIRA, Fabiano Mazzilli de Souza. Código florestal brasileiro: métodos para localização de reservas legais e comparação de propostas de alteração da lei. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Leonardo Guimarães. O estado da arte de empreendedorismo rural. Trabalho apresentado a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa como parte da obtenção da nota final no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, 2017.

SABBAG, Omar Jorge; NICODEMO, Daniel. Viabilidade econômica para produção de mel em propriedade familiar. Pesquisa Agropecuária Tropical, v. 41, n. 1, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). Estudo de Viabilidade Econômica da Apicultura. 2004. Disponível em: <<http://www.sebraern.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR. Coleção 141. Abelhas Apis mellifera: instalação do apiário. Brasília, 2010. 80p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR GOIÁS. Senar Goiás mostra que apicultura é um bom negócio. 2017. Disponível em: <<http://www.senargo.org.br/comunicacao/noticias/516-na-tecnoshow-senar-goias-mostra-que-apicultura-e-um-bom-negocio>>. Acesso em: 08 abril. 2018.

SIQUEIRA, C. F. A.; NOGUEIRA, J. M. O novo código florestal e a reserva legal: do preservacionismo desumano ao conservacionismo politicamente correto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 24., Cuiabá, 2004. Anais... Cuiabá: Sober, 2004. p. 1-20.

REIS. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 56 -78, jul./set. 2017.78Reis, V. D. A. dos. Pré-diagnóstico da Cadeia de Produtos Apícolas de Mato Grosso do Sul. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 31p. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC60.pdf>> Acesso em: mar.2016

SOUZA, José Edmundo Accioly de et al. Agronegócio da apicultura: estudo da cadeia produtiva do mel em Alagoas. 2006.

WANDERLEY, Maria N. B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

VOLPATO, G. Ciência: da filosofia à publicação. 6ª ed., São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, 377p.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

### B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

### C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

## D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

## E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

## **F**

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

## **G**

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

## **I**

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

## **L**

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

## **M**

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

## **N**

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

## **P**

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

## **Q**

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

## **R**

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

## S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

## T

Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

## U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175



- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# ECONOMIA:

## GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# ECONOMIA:

## GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2